

O TEXTO: DOIS EXERCÍCIOS DE ANÁLISE

ANA CRISTINA MARTINS *

* Equip. a Assistente do 1º triénio da ESEV

RESUMO

O presente artigo integra duas propostas de análise textual onde a abordagem da composição e funcionamento dos discursos em causa radica no âmbito da Pragmática e da Teoria Linguística do Texto.

1. Tendo em conta o curso dos estudos linguísticos na área da textualidade, é lícito afirmar que nos encontramos já bem distanciados da concepção de texto enquanto conexão linear de frases ou unidades decalcada da estrutura frásica.

O objecto de estudo afigura-se hoje mediante matizes bem mais complexos: à construção textual preside uma solidariedade orgânica que determina a organização de todos os segmentos em função de uma unidade global, sendo que esta, por sua vez, vai repercutir-se no desenho local das estruturas frásicas e transfrásicas. É ponto assente, então, que a activação local das palavras surge motivada pelo desenho global da unidade textual. Sumariamente: o texto passa a assumir-se enquanto acto de conexidade horizontal e vertical.

Se é relativamente fácil detectar os princípios de regularidade transfrásica que estabelecem uma forma-tipo de enunciado em constante combinação complexa, é, porém, na passagem do nível sequencial à configuração global do texto que se encontram os maiores obstáculos: a intenção comunicativa global do discurso só pode ser apurada com eficácia quando é levada em conta uma profusão de variantes, uma refacção múltipla e diversificada dos condicionamentos actuaes no texto.

Como sistematizar esta heterogeneidade? De que índole são as instruções conducentes à intenção comunicativa global do discurso? A natureza das variáveis activadas no cálculo do programa discursivo desenvolvido pelo locutor configura-se em três dimensões básicas.

Uma primeira dimensão diz respeito à articulação de determinado conjunto de frases que realizam um específico grupo de sub-intenções comunicativas pelas quais se reparte a intenção comunicativa global. Refiro-me, mais uma vez, ao texto enquanto acto de conexidade horizontal e vertical.

A segunda dimensão prende-se com a perspectivação do texto enquanto acto de construção de um universo de referências instaurado, ou seja, enquanto "dictum". Na decorrência da dimensão anterior, esta atém-se aos veios isotópicos que percorrem o discurso, consignados numa coesão semântico-referencial global.

Porém, o conteúdo descritivo de qualquer discurso é animado por um objectivo / orientação de pertinência. E a pertinência de uma enunciação só pode ser calculada a partir da situação discursiva. Ao contrário do que as teorias descritivistas tentaram preconizar, o certo é que os encadeamentos segmentais não são ponderados nem activados em função da sua validade referencial, mas quanto à sua eficácia, radicando esta eficácia num "eu"- "tu", "aqui" e "agora" da enunciação. Assistimos à assunção de um espaço semântico-referencial actual, como protagonista de qualquer análise de toda a produção discursiva. Só em função da ancoragem enunciativa são determinadas as referidas variáveis-instrumentos de dissecação textual, a saber:

- a imagem que o locutor constrói/ transmite ao alocutário;
- representações supostamente partilhadas no acto de comunicação;
- enciclopédia / tábua de valores que o locutor chama ao seu discurso;
- todas as referências temporais e espaciais reenviadas para o texto.

Fica exposta a terceira dimensão. O que está em jogo é o testemunho de uma acomodação intersubjectiva / interdiscursiva patente no texto sob a forma de estratégias e instruções mobilizadas aquando do fenómeno de construção textual. Se o discurso é tomado enquanto acto de enunciação, então a abordagem global de orientação argumentativa consiste em pensar o texto como a realização

de um macro-acto de linguagem. Está em causa a aplicação da dimensão ilocutória dominante sobre um conteúdo proposicional.

Ora, só neste âmbito podemos falar com propriedade de configuração global do discurso; só nesta perspectiva faz sentido estudar todo o tipo de classificações ou moldes dos diversos agrupamentos de unidade enunciativas: microproposições, microencadeamentos, microestruturas, macroestruturas, segmentos estruturais intermédios, superestruturas. A utilidade deste instrumental de análise advém do facto de se tratar de um conjunto de convenções de máxima importância no pólo da interpretação, viabilizando a realização eficaz de um macroacto ilocutório.

O objectivo referencial da enunciação de um discurso corresponde à co-construção de um universo ou espaço semântico actual. Por outro lado, o acto enunciativo é palco de exercício de influência, de validação de pontos de vista, de defesa, de ataque. Deste modo, toda a expressão linguística é marcada argumentativa e enunciativamente.

Será tautológico afirmar que a separação das três dimensões acima sumariamente descritas é fruto do trabalho do analista. Elas ocorrem em simbiose na acção comunicativa. Não concebemos -- até censuramos -- um acto discursivo sem visar nenhuma finalidade ilocucional. Por outro lado, enquanto alocutários, procuramos ser eficazes no trabalho de interpretação e eis-nos no encaço das marcas de mobilização complexa de todas as variáveis disseminadas pelo locutor ao longo do todo textual.

2. O primeiro texto em análise, apresentado no anexo I, pode ser representado do seguinte modo:

Portugal não é uma seca

Cerveja Sagres

A nossa selecção

Considero, pois, o rótulo do copo representado como fazendo parte da unidade textual. Integra o discurso tudo o que é lisível. A ordenação das proposições corresponde, a meu ver, à linearização efectiva do discurso potenciada pela dimensão gráfica do primeiro segmento. Assim, a disposição apresentada corresponderá directamente à ordem por que estas unidades são lidas: primeiramente, o segmento central; em segundo lugar, o da esquerda; por último, o da direita.

O presente discurso assenta no fenómeno de polifonia discordante: a asserção "Portugal não é uma seca" traz à superfície discursiva a asserção contestada: "Portugal é uma seca". Estamos face a uma negação polémica: um enunciado decalca outro, sendo que "Não" instaura a refutação do enunciado positivo correspondente. Recorro à perífrase:

"**Não p** é a proposição que um enunciador (**E1**) disponibiliza, proposição essa assumida pelo locutor (**E1 = L**) num espaço semântico **R**; por sua vez, **p** é atribuído a um enunciador (**E2**), distinto do locutor (**E2 diferente de L**), num espaço **M**, cujas normas estão a ser contestadas". Ou seja: **L** apresenta esta proposição como não válida no seu espaço de realidade / universo de referências instaurado no seu discurso.

Ora, importa saber a que corresponde, então, no caso, o espaço semântico actual. Para tal, entra em linha de conta a necessária ancoragem enunciativa. Em virtude da delimitação das coordenadas da enunciação, surgem as seguintes questões: o presente discurso dirige-se a quem? Foi suscitado por quê? Que fim persegue? Esboça-se, então, a configuração de um enunciado exortativo. Por outro lado, há que considerar que, a actual predicação deposita o seu potencial argumentativo na extensão metafórica do lexema "seca". Daqui derivam dois espaços semânticos visados por **não p**. Assim:

espaço semântico 1:

"Há cerveja: anulação da sede / seca."

"Há muita cerveja: anulação da sede / seca em todo o território nacional."

"Há boa cerveja: a sua acção é eficaz."

espaço semântico 2:

"Portugal é um país interessante, divertido, onde facilmente se proporciona o convívio entre amigos."

É certamente neste último enquadramento semântico-referencial que a fricção de vozes toma assento. Estamos em face de dois predicados gnómicos, sendo que o locutor maximiza a validação do seu dito. Deste modo, a construção do discurso é animada por um objectivo: a refutação de uma doxa vigente. Para tal, o locutor lança mão de um stock de representações partilhadas com o alocutário: aquilo que o

locutor pensa saber sobre o que alocutário supostamente sabe: "Portugal é um país inepto, passivo, aborrecido."

Ora, da reapropriação polifónica deste enunciado disponível resulta uma amplificação do dito. Assim, o enunciado refutado "Portugal é uma seca" coaduna-se com o espírito derrotista, inferiorizado, anacional dos portugueses; "Portugal não é uma seca" liga-se à revigoração da concepção nacional, ao patriotismo, à auto-afirmação cultural, valores que redundam na fuga ao marasmo pessimista que parece contagiar os portugueses.

Agora podemos ler todo o texto: a marca publicitada percorre todos os níveis instrucionais que tentei expor.

Ainda uma observação sobre a justaposição da última proposição: o texto encerra com a consolidação da isotopia da valorização nacional através do hábil jogo intertextual/ metafórico do qual resulta uma associação indelével: a bebida surge acoplada à Selecção Nacional de Futebol, representante de Portugal no estrangeiro.

3. Fixemo-nos no texto do anexo II.

Como ponto de partida para a abordagem deste texto há que distinguir dois níveis discursivos: um primeiro nível relativo ao discurso citado, inactual, da responsabilidade de **L1** (Comandante das Forças Armadas Indonésias); e um segundo nível, correspondente ao discurso actual, proferido por **L2** (AMI), em sintonia com as condições de enunciação (Quando? Onde? Quem? A quem? Com que fim?)¹. Por motivos metodológicos separá-los-ei.

O discurso citado parece apresentar uma dimensão pragmática de explicação/ justificação. O pressuposto impera no enunciado: "existe a prática efectiva de execuções na Indonésia". Daí que os primeiros segmentos do discurso englobado revelem inspiração explicativa. Temos a ilusão de que o enunciado vai responder à questão: "Porquê a prática de execuções na Indonésia? Como é possível tolerar-se a prática de execuções na Indonésia?" A atestação do que acabo de afirmar pode ser feita se atendermos às "cláusulas" do contrato imposto pelo discurso explicativo²:

1º- o fenómeno a explicar é incontestável: a prática de execuções na Indonésia é um facto assumido.

2º- a apresentação deste estado de coisas revela-se lacunar;

3º- aquele que explica está em condições de o fazer, ou seja, o locutor evidencia a sua competência valorada.

Porém, este programa discursivo é imediatamente abandonado: trata-se de um texto explicativo que não explica, reconhecendo, todavia, o objecto do pedido de explicação. Ou melhor: é, de facto, um texto que explica a negação a uma explicação.

Posto isto, é lícito concluir a respeito do entrosamento de uma outra orientação pragmática e discursiva: o discurso em análise situa-se em relação a um contradiscurso potencial: "os de fora devem interferir nos assuntos internos da Indonésia". O locutor aspira a colocar o interlocutor numa posição de impossibilidade de recusa das proposições avançadas. Refiro-me, pois, à orientação argumentativa. Vejamos.

O presente discurso argumentativo assenta numa tese anterior anti-orientada: "há execuções na Indonésia; elas são condenáveis e têm de ser explicadas"; as premissas avançadas podem assumir a seguinte formulação: "nós, indonésios, prezamos a nossa soberania e liberdade". Para tal, assistimos à colagem da voz do locutor à voz da doxa, à voz consensual, da opinião pública. Assim, o suporte da inferência conducente à conclusão ("Como tal, os de fora não devem interferir nos nossos assuntos.") poder-se-ia enformar topicamente: "Quanto mais a liberdade e a soberania são valorizadas, menos se admitem incursões estrangeiras". A derivação para a conclusão explicitada, protagonizada pelo organizador argumentativo --"Como tal"--, faz-se sem qualquer restrição. Por implicitação pragmática, a proposição "os de fora não devem interferir nos nossos assuntos" vê o seu "dictum" ampliado: "os de fora não devem perguntar, condenar, repudiar as execuções na Indonésia" e, assim sendo, "o vosso pedido de justificação não é atendido".

É hábil o apelo de **L1** aos conhecimentos do auditório, a invocação dos mais caros valores do actual regime político-social ocidental, na tentativa de maximização do seu dito. **L1** tem consciência de que, para visar a impossibilidade de o interlocutor recusar as teses propostas, é necessário que as proposições estejam o mais próximo possível de qualquer opinião ou autoridade. Mas **L1** tem ainda consciência de que, ainda assim, não persuadiu, não convenceu, ou seja, não conduziu o interlocutor a uma alteração voluntária do seu comportamento. Deste modo, o encadeamento argumentativo é seguido de um acto directivo impositivo: há imposição de uma conduta já prenunciada pelo verbo modal, marcador instrucional, presente na conclusão. A assunção dessa conduta -- "Escrevam isso em

letras gordas"-- implícita (mas só aparentemente, como veremos) uma atitude / opinião: a aceitação da prática de execuções na Indonésia.

Neste sentido, o discurso citado cobre dois auditores: o auditor intermediário, os colaboradores da AMI (**Aloc 1**); e o auditor geral, efectivo: o mundo (**Aloc 2**).

A disparidade de extensão entre o discurso inactual e o discurso actual salta à vista. No entanto, somos surpreendidos pela máxima pertinência argumentativa deste, atendendo ao "aqui" e "agora" do universo de co-referências, de pré-requisitos enciclopédicos instaurados, tendo em conta o correspondente espaço semântico actual. Creio que podemos considerar o discurso citado como uma macroproposição do discurso actual conducente a uma conclusão implícita, da qual podemos fazer derivar um macroacto de linguagem: a denúncia de um crime.

Donde advém, pois, tamanha força argumentativa? **L2** apresenta os argumentos de refutação da tese X pela voz de quem a proferiu. É esta a génese da noção de polifonia e, mais especificamente, do fenómeno da ironia. Todavia, deparamo-nos aqui face a uma variante: o formato do discurso global é o de uma notícia que se constitui de um relato de discurso; ou seja: não nos é possível verificar qualquer jogo de aproximação/ afastamento de dois enunciadores, fontes de duas assunções enunciativas em polémica. O que se passa é que assistimos a uma responsabilização directa de **L1** pelo seu "dictum" e à credibilização de **L2** que se propõe simplesmente revelar os factos, salvaguardando a sua objectividade. Permito-me comparar a presente estratégia discursiva a algumas réplicas do discurso oral bastante frequentes, tais como: (a) " Não digas mais nada..."; (b) "Pronto: já disseste tudo...";(c) "Está tudo dito...". Perante tais ocorrências, o interlocutor encontra-se numa posição bastante vulnerável, pois assiste à transformação da sua argumentação em contra-argumentação. Por outras palavras: o alocutário, enquanto locutor no tempo de ilocução anterior, produz um encadeamento orientado para a conclusão **R** que se inverte em encadeamento anti-orientado, rumo à conclusão **R-**, sendo o locutor o único responsável por tal inversão involuntária, mas peremptória para a argumentação oposta. Por outro lado, o interlocutor, responsável por (a), (b) e (c) vê finalizado o processo dialógico, sendo que o locutor demarca a sua superioridade através do silêncio que impõe, gerando-se uma situação constrangedora.

Repito: **L2** cede a sua voz à voz dos factos. Que factos?

Em primeiro lugar, a admissão, tanto mais grave, quanto proferida por uma voz autorizada (daí que a identificação de **L1** corresponda a uma das premissas avançadas por **L2**) de que há execuções e, mais do que isso, que é admissível, por qualquer razão, haver execuções na Indonésia. Em função deste estado de coisas, e jogando com o universo de saberes compartilhados, **L2** com uma sábia economia de meios, revela o despudor de uma confissão de culpa que, enfim, nem se assume como tal. O segundo facto revelado diz respeito à hipocrisia na elevação do valor da liberdade. Se em termos " assepticamente" lógicos a doxa aqui envolvida, já acima descrita, pode ser aplicada com rigor, é bem certo que a eficiência de tal aplicação embate no universo de referências compartilhado entre **L2** e **Aloc2**. Assim, em função do conhecimento do mundo de que este é detentor, a prática de execuções é incompatível com o valor da liberdade. Assume então especial relevo o determinante possessivo " nossa". Deste modo, o **Aloc2** dá conta de uma restrição -- se ela é possível -- ao saber enciclopédico que envolve o conceito de "Liberdade". Em função desta percepção, **Aloc2** dará conta, em primeiro lugar, de uma restrição e, depois, de uma deturpação do seu saber enciclopédico: esta liberdade implica a execução dos outros e a assistência silenciosa do resto do mundo.

Por último, há que referir o seguinte: ao encadeamento argumentativo do discurso citado segue-se -- como já referi -- um acto impositivo directivo. É muito curioso notar que aí são dadas as instruções de auto-anulação da argumentação incrustada no discurso inactual. É, então, denunciado um terceiro facto fundamental: dada a impossibilidade de persuadir, há que impor.

Concluo afirmando que o presente texto, agora considerado globalmente, assenta na mostraçãõ de uma situação dialógica à qual o mundo assiste. " Foi o que fizemos." é uma resposta breve a uma discurso prolixo que se auto-condena. Ao emoldurar este texto no esquema prototípico da argumentação, vejo que está implícita a grande maioria das fases cristalizadas de tal esquema. Daí lhe advém o seu máximo poder argumentativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, J.-M. 1990 - *Éléments de Linguistique Textuelle*, Liège, Pierre Mardaga

1992 - *Les Textes: types et prototypes*, Paris, Édition Nathan

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald 1988 - *L'argumentation dans la langue*, Bruxelles, Mardaga

BERRENDONNER, Alain 1981 - *Éléments de pragmatique linguistique*, Paris, Les Éditions de Minuit

DUCROT, Oswald 1984 - Le dire et le dit, Paris, Les Éditions de Minuit

FONSECA, Joaquim, 1992 - Linguística e Texto / Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação, Lisboa, ICALP

1994 - Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português, Porto, Porto Editora

FUCHS, Catherine 1988 - L'ambigüité et la paraphrase. Opérations linguistiques processus cognitifs, traitements automatisés, Caen, Centre de Publications de Caen

OLÉRON, Pierre 1984 - "Sur les échanges plémiques et le problème des macrostructures du langage" in Bulletin de Psychologie, 38, pp.1-12

1 Mais uma vez, a ordenação apresentada é motivada pelo grau de lisibilidade de um e outro discurso e, por conseguinte, pela prioridade de leitura.

2 ADAM. J.-M.,1992, p.131